

## PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA: povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais

*Nádia Maria Ferronato Bernardi  
Claudionei Vicente Cassol*

### Resumo

O artigo aborda a importância do conhecimento e dos saberes dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais no cuidado com a natureza e com a vida. O trabalho bibliográfico promove diálogo entre Henry Giroux, Ailton Krenak, Carlos Rodrigues Brandão, Leonardo Boff e outros teóricos que têm se ocupado da temática, tanto da perspectiva sociofilosófica quanto antropológica. A reflexão está estruturada em dois movimentos que têm como propósito partir das cosmologias indígenas, observar suas relações com a natureza e tecer análises referentes às comunidades tradicionais e os movimentos sociais e suas resistências, lutas, saberes, processos críticos e organização coletiva no cuidado com a vida. O texto destaca dimensões trazidas pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais: a relação de pertencimento e respeito com a natureza; a resistência para manter suas tradições, costumes e territórios; a importância da organização e mobilização coletiva; e a relevância da educação, no sentido de compreender a pluralidade no enfrentamento da desigualdade e dos históricos sistemas de dominação, na escuta das diferentes vozes, culturas, sabedorias e experiências, das diferenças e da diversidade nos seus espaços de direito.

**Palavras-chave:** povos originários; movimentos sociais; resistência; educação.

## BELONGING AND RESISTANCE: indigenous peoples, traditional communities and social movements

### Abstract

The article addresses the importance of the knowledge of indigenous peoples, traditional communities and social movements in caring for nature and life. The bibliographical work promotes dialogue between Henry Giroux, Ailton Krenak, Carlos Rodrigues Brandão, Leonardo Boff and other theorists who have dealt with the topic, both from a socio-philosophical and anthropological perspective. The reflection is structured into two movements whose purpose is to depart from indigenous cosmologies, observe their relationships with nature and weave analyzes regarding traditional communities and social movements and their resistance, struggles, knowledge, critical processes and collective organization in caring for life. The text highlights dimensions brought by indigenous peoples, traditional communities and social movements: the relationship of belonging and respect for nature, the resistance to maintain their traditions, customs and territories, the importance of collective organization and mobilization, the relevance of education in understanding plurality in confronting inequality and historical systems of domination to listen to different voices, cultures, wisdom and experiences, differences and diversity in their rightful spaces.

**Keywords:** original peoples; social movements; resistance; education.

## PERTENENCIA Y RESISTENCIA: pueblos indígenas, comunidades tradicionales y movimientos sociales

### Resumen

El artículo aborda la importancia de los conocimientos de los pueblos indígenas, comunidades tradicionales y movimientos sociales en el cuidado de la naturaleza y la vida. El trabajo bibliográfico promueve el diálogo

entre Henry Giroux, Ailton Krenak, Carlos Rodrigues Brandão, Leonardo Boff y otros teóricos que abordaron el tema, tanto desde una perspectiva sociofilosófica como antropológica. La reflexión se estructura en dos movimientos cuyo propósito es partir de las cosmologías indígenas, observar sus relaciones con la naturaleza y tejer análisis en torno a las comunidades y movimientos sociales tradicionales y sus resistencias, luchas, saberes, procesos críticos y organización colectiva en el cuidado de la vida. El texto destaca dimensiones aportadas por los pueblos indígenas, comunidades tradicionales y movimientos sociales: la relación de pertenencia y respeto con la naturaleza, la resistencia a mantener sus tradiciones, costumbres y territorios, la importancia de la organización y movilización colectiva, la relevancia de la educación en el sentido de comprender la pluralidad al enfrentar la desigualdad y los sistemas históricos de dominación para escuchar diferentes voces, culturas, sabiduría y experiencias, diferencias y diversidad en los espacios que les corresponden.

**Palabras clave:** pueblos originarios; movimientos sociales; resistencia; educación.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo evidencia temática necessária no contexto sócio-histórico brasileiro atual: aborda a importância do conhecimento, da ciência, dos saberes tradicionais para cuidar da vida, com olhar atento para os ensinamentos dos povos indígenas – os povos originários – e suas cosmologias, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais. Para orientar o debate, observamos inicialmente o que apresenta Djamila Ribeiro (2019, p. 30), para quem “[...] é importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade.” Ao encontro do que propõe Ribeiro, refletimos sobre o quanto o sistema neoliberal vigente provoca invisibilidade das diversas realidades, principalmente dos sujeitos que têm baixo poder econômico ou de consumo – ou que possuem outros modos de vida e relacionamentos com o meio natural e social, fugindo das pretensões e do ideário neo/ultraliberal, na compreensão do historiador João Elton Miranda (2020).

Para o capital, essas pessoas que estão fora da ciranda consumista, de investimentos especulativos financeiros, empobrecidas e expropriadas pela voracidade das imposições internacionais do sistema mundo, são consideradas invisíveis, refugos humanos (Bauman, 1999). Isso porque, no modelo e sistema capitalista, o indivíduo somente existe se possui meios/recursos para comprar ou para vender sua força de trabalho, se envolve-se com o mundo econômico-financeiro e o capital especulativo, e se não se questiona acerca das questões da justiça e equidade social. É o que profetizou Herbert Spencer, na crítica de Dardot e Laval (2016), para quem a dominação importa, sem questionamentos, porque é da natureza. Pensar outra realidade, outro mundo possível e trazer a educação para o debate em sua potencialidade de equidade, emancipação, ciência e humanismo, parece fundamental no sentido de compreender a pluralidade e promover meios para o acesso, permanência e aprendizado de todas as pessoas. Contribuir com a construção da outra pessoa, da alteridade, outro como sujeito de direito, válida e renova o sentido dos processos educativos nos quais as diferentes vozes, culturas, sabedorias e experiências assumem espaços e possibilidades. Nessa perspectiva, é possível aprender com os povos originários, afrodescendentes, comunidades tradicionais e com os movimentos sociais.

Ao olhar para as rápidas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, especialmente com o advento das tecnologias, que produzem novos modos de agir, trabalhar e se relacionar, é essencial, frente a todas mudanças, desenvolver algumas indagações: como está sendo o cuidado com a vida? Que saberes, conhecimentos estão sendo priorizados? Quais são as formas de resistências e lutas desenvolvidas pelas pessoas oprimidas e excluídas pelo capital? Essas reflexões

caminham no sentido da compreensão de alguns dos saberes, lutas e resistências de grupos que são denominados minoritários. A eles, vamos nos referir como resistentes ou oprimidos, lembrando de Paulo Freire (1987) nos seus estudos e escritos. Acreditamos que, historicamente, esses grupos são exemplos de resistência na transmissão de conhecimentos essenciais de cuidados com todas as formas de vida e relações com a natureza, preservando tradições e narrativas entre as gerações, com propostas de superar as formas de racismo e de discriminação. São atitudes que alertam para a importância do respeito pela diversidade e pela diferença – ao contrário da distinção e da discriminação – de indivíduos, assim como para a promoção de espaços de igualdade e de equidade.

Neste estudo, de caráter bibliográfico, procuramos aprofundar o debate, recorrendo a pensadores e militantes que se ocupam em tematizar questões acerca do pertencimento e da resistência, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais. Entre eles, nos apoiamos em Ailton Krenak, Leonardo Boff, Henry Armand Giroux, Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. O estudo, desenvolvido em dois movimentos, inicialmente aponta e reflete a partir das cosmologias indígenas – crenças, mitos, rituais e histórias –, observando sua relação com a natureza e os cuidados com a vida. No segundo movimento, aprofunda o debate em torno do respeito e do cuidado com a alteridade – enquanto indivíduos humanos e o meio como pessoa, igualmente. Também tece estudos referentes às comunidades tradicionais e aos movimentos sociais e suas resistências – lutas, saberes, conscientização e organização coletiva – no cuidado com a vida. Observamos significativos exemplos de outros modos e relações possíveis com o contexto social, entre os indivíduos e a natureza. Para esse movimento, acreditamos que a educação, desenvolvida nos diferentes espaços e com diferentes metodologias, possui grande potencial para contribuir na formação integral e sensibilização para ação em prol da transformação social.

## **EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E APRENDIZAGEM COM AS COSMOLOGIAS INDÍGENAS**

Para iniciar esse fluxo reflexivo sobre cosmologias indígenas, partimos das palavras do indígena Ailton Krenak, que por vários anos vem militando na defesa do planeta Terra, dos povos originários e de outra relação possível e necessária do ser humano com a natureza. Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), aponta que o título do livro tem o sentido de o deixar em aberto, para sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim do mundo. Nesta obra, Krenak mostra como tem ocorrido a resistência do seu povo, que sofreu com a construção e rompimento de barragens, e vivenciou as mudanças na vegetação, do solo e dos rios. O autor evidencia a relação que os povos originários têm com os elementos da natureza, como nas linhas: “O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas” (Krenak, 2020, p. 40). Aqui fica evidente essa relação de pertencimento à natureza, sem o propósito do consumo, da renda acima de tudo e de todos, e da exploração econômica.

Referente às cosmologias indígenas, percebemos que há outra forma de relacionamento com os diferentes elementos da natureza: água, fogo, ar, terra. Para os povos originários, a natureza está conectada às suas vidas. Seus mitos, rituais, danças e festas trazem este envolvimento direto. Em relação aos povos indígenas Krenak, verificamos que “[...] o nome *Krenak* é construído por dois termos: um é a primeira partícula, *Krɛ*, que significa cabeça, a outra, *nak*, significa terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos

identifica como ‘cabeças da terra’[...]” (Krenak, 2020, p. 48). Krenak também chama atenção para a conexão e a profunda comunhão com a terra, como local, espaço compartilhado.

É uma nova pedagogia aprender as grandes lições de vida, de luta, de compromisso, com os saberes e experiências dos povos originários, que no Brasil estão resistindo há mais de 500 anos de invasões, explorações, violências, saques e depredação de territórios. Krenak alerta que “[...] durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda” (Krenak, 2020, p. 45). Vivemos tempos em que a fala de Krenak é extremamente pertinente, basta olhar para as catástrofes ambientais, noticiadas constantemente pela mídia.

Ainda em referência aos povos originários, é significativo perceber que as resistências foram sendo construídas na forma como menciona Giroux (1986, p. 147): “A resistência tem que ser situada em uma perspectiva ou racionalidade que leve em conta a noção de emancipação como seu interesse norteador.” Esses povos procuram manter suas memórias, histórias e tradições, transmitindo para as gerações futuras lições de possibilidades de vida, de existência, de crescimento, para além dos limites da sociedade individualista, solipsista e de relações necrófilas em várias dimensões.

Refletindo sobre a resistências dos povos, precisamos indiciar o processo de colonialismo, e os vários danos que tem causado, especialmente porque, segundo Krenak (2022, p. 42-43):

Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais. Agora a gente vai ter que desmentir isso e evocar os mundos das cartografias afetivas, nas quais o rio pode escapar ao dano, a vida, à bala perdida, e a liberdade não seja só uma condição de aceitação do sujeito, mas uma experiência tão radical que nos leve além da ideia de finitude. Não vamos deixar de morrer ou qualquer coisa do gênero, vamos, antes, nos transfigurar, afinal a metamorfose é o nosso ambiente, assim como das folhas, das ramas e de tudo que existe.

Ao fazer referências à igualdade em uma forma e discurso de padronização, o indivíduo não observa as diferenças que ocorrem no acesso aos meios culturais, à escola, aos bens econômicos, ao acesso à informação e ao conhecimento, à igualdade de oportunidades e participação social. Assim, é preciso falar de igualdade no sentido de convergir para reduzir as desigualdades. Caminhar em direção à superação das desigualdades é o que se mostra o maior desafio da sociedade. Pensando a educação frente a contextos tão desiguais como os enfrentados pela sociedade brasileira, observamos que o fortalecimento da democracia é ação pedagógica para construir e manter espaços constituídos para atender e respeitar as diferenças. As mudanças nas formas de pensar e agir perpassam também pelo respeito às contradições e ideias, para que assim o diálogo não ocorra como imposição, mas no sentido proposto por Paulo Freire (1987, p. 104), porque o diálogo “[...] não maneja, não domestica, não sloganiza”.

Refletimos sobre os silenciados na história, povos que tiveram seus costumes, tradições, culturas negadas, destruídas, negligenciadas. Freire (1987, p. 19) indaga: “[...] quem, melhor que os/as oprimidos/as se encontrará preparado/a para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles/as, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles/as, para ir compreendendo a necessidade da libertação?”. Nesse sentido, é preciso que o povo aprenda que a libertação não chegará pelo acaso, nem por doação, “[...] mas pela *práxis* de sua

busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire, 1987, p. 19). Essas lutas, *práxis*, resistências e movimentos serão abordadas na próxima seção do texto.

## **APROFUNDANDO O OLHAR: DIFERENÇAS, RESISTÊNCIAS, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Neste momento do texto, procuramos aprofundar o debate sobre o respeito e o cuidado com as outras pessoas, suas diferenças, o meio ambiente, a articulação entre as ciências da natureza e social, com objetivo de tecer estudos referentes às resistências das comunidades tracionais e dos movimentos sociais, suas lutas, conquistas, saberes, conscientização e organização coletiva no cuidado com a vida. Assim, torna-se importante citar Carlos Rodrigues Brandão (1986, p. 7), para quem:

O diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza.

Nessa perspectiva, é preciso organização, resistência, consciência de classe, ciência e humanismo para enfrentar vários desafios, como a repressão de governos ditatoriais, totalitários, do ideário neo/ultraliberal, da falta de recursos, da fragmentação interna das sociedades. As organizações e mobilizações sociais são capazes de pressionar por mudanças nas legislações e na sensibilização para o desenvolvimento de consciências complexas sobre questões importantes que envolvam as socioambientais, promovam resistências a projetos que explorem e destroem os recursos ambientais e a vida. Nos movimentos sociais, encontramos experiências e conhecimentos que possuem papel crucial na dinâmica das sociedades democráticas, oferecendo um meio para a participação cidadã e a expressão de demandas sociais. Para auxiliar a compreender o que pressupõe um movimento social, a obra *Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais*, da autora Cicilia M. Krohling Peruzzo (2022, p. 43), ensina que “[...] a existência de um processo de organização coletiva se caracteriza pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza nas estratégias [...] projeto amplo de sociedade, ou, pelo menos, de propostas de programas de políticas públicas para determinados setores”. Os movimentos sociais compartilham metas, objetivos, estratégias e lutas.

Ao pensarmos a educação e as escolas, é possível enfatizar, ao olhar para as experiências dos movimentos sociais, do campo, indígenas, quilombolas, a importância que o currículo escolar tenha esses temas incorporados. Neste sentido, Miguel Arroyo (2015, p. 49), afirma:

Uma consciência de mudança presente no movimento indígena, quilombola, negro, nos movimentos de trabalhadores sem-teto das cidades. Esse será um traço prioritário na construção de currículos de formação de docentes-educadores e de educação: estar abertos a essa ‘consciência de mudança’, inovar, mudar a rigidez das “grades” em que nossa tradição curricular aprisiona os conhecimentos a serem ensinados e aprendidos nas escolas.

Promover a inclusão e o debate dos diferentes saberes dos movimentos sociais, de sua forma de organização e relação com o ecossistema, dos vínculos estabelecidos com o território, o lugar e as pessoas, segue ao encontro de uma educação humanizadora que, também, não pode ficar

alheia à ciência. A educação desenvolvida nas escolas e na universidade, nessa compreensão, dialoga com o cotidiano. Novamente, em Freire, temos significativa contribuição: “Os lares e das escolas, primárias, médias e universitárias, que não existem no ar, mas no tempo e no espaço, não podem escapar às influências das condições objetivas estruturais” (Freire, 1987, p. 95). Assim, é pertinente refletir sobre as condições e influências estruturais dos contextos históricos.

Arroyo (2015, p. 53-54) destaca que os movimentos sociais apontam por onde avançar: “Na diversidade de fronteiras de suas lutas – terra, território, espaço, trabalho, renda... – colocam com destaque o direito à escola, à universidade, à educação, ao conhecimento, à cultura, aos valores produzidos pela humanidade [como] um direito atrelado a essas bases materiais do viver”. Cabe, assim, tensionar os espaços que a escola precisa ocupar, também, no sentido da resistência, para que as normativas, os currículos e o planejamento aproximem-se da diversidade e das realidades sociais.

Ao encontro do exposto, temos a contribuição Leonardo Boff (2003, p. 23), para quem “[...] morrem ideologias. Passam filosofias. Mas sonhos permanecem. São eles que mantêm o horizonte de esperança sempre aberto. Formam o húmus que permite continuamente projetar novas formas de convivência social e de relação com a natureza”. Esperança e sonho, no sentido de movimento, emancipação e transformação social, precisam ser alimentados pela educação. As palavras de Krenak fortalecem a compreensão do sentido do sonho. “Para algumas pessoas, a ideia de sonhar e abdicar da realidade, é renunciar o sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos” (Krenak, 2020, p. 52). O contexto atual e o modelo imposto nos possibilitam poucas perspectivas para sonhar, porque reduziram-se os horizontes de mudanças sociais. Vemos isso em relação às formas de trabalho, na fragilidade das relações, na redução de tempo do ócio. Para conseguir sobreviver a esse modelo destruidor, a população trabalha cotidianamente por direitos básicos: alimentação, moradia, segurança, saúde e trabalho-salário.

Retomando a questão das vivências, das experiências e do bem-estar, da vida humana enquanto realização dos indivíduos na vinculação com membros da mesma espécie e com o cosmos, é fundamental aprender com os povos originários para alimentar os sonhos, desacelerar, consumir menos, compartilhar, sensibilizar-se, desenvolver empatia, solidariedade e compromisso. Essas são ações primordiais para a construção e manutenção da vida. Nessa chave de compreensão, podemos observar os movimentos sociais. São organizações coletivas que lutam contra formas de dominação, que enfrentam vários desafios diante da opressão, da falta de recursos e de perseguições e, mesmo assim, permanecem firmes nos objetivos, com organização, consciência da necessidade da mobilização em prol da defesa das instituições democráticas e republicanas. São várias atitudes que dão voz aos diferentes grupos, vítimas dos processos históricos de exclusão.

Ao aprofundarmos o olhar sobre os movimentos, pensamos nas comunidades tradicionais que mantêm práticas culturais e estruturas sociais ligadas à sua história, aos costumes, com uma conexão profunda com o território. Desenvolvem atividades sustentáveis, com cuidado e manejo adequado do solo, da água e respeito à biodiversidade. Compreendem a importância do desenvolvimento e também suas consequências, boas ou ruins, dependendo da forma como os seres humanos decidem realizar suas ações e intervenções. Agir em diversas frentes e ampliar ações em plurais dimensões e esferas sociais, sobretudo na resistência ao âmbito financeiro e ao ideário neo/ultraliberal – que transforma os recursos naturais, os bens, a vida e o próprio ser humano em mercadorias – configura-se como um propósito essencial de ação pedagógica desde a escola básica.

É necessário também constituir processos de formação permanente para docentes e para profissionais de áreas multidisciplinares.

O teólogo e filósofo Leonardo Boff (2023, p. 65) alerta sobre a exploração que temos imposto à Terra, enquanto civilização, e exorta que

Temos submetidos a Mãe Terra a uma verdadeira guerra, no afã de arrancar-lhe, sem nenhuma consideração, tudo o que achamos útil para o nosso uso e desfrute. Essa volúpia fez com que, nos últimos cinquenta anos, ocorresse uma perda de 40% das florestas, 50% das áreas alagadas, 35% dos manguezais e 25% das terras cultiváveis, e que o estoque de peixes fosse reduzido em 80%.

O ensino de Boff encaminha necessidades de mudanças em nosso modo de agir que, nos parece, precisa incorporar sensibilidade, conhecimento contextualizado do território, análises e perspectivas históricas para que as pressões por ações efetivas avancem e para que nossas práticas sejam promotoras de vida, portanto, biófilas. O debate amplo entre dirigentes de nações acerca do que precisa ser feito emperra nos interesses, nos limites ideológicos, nos projetos do capitalismo consumista e na morosidade de ações concretas. Muitas instâncias de ações e de poder são barradas pelo fator econômico-financeiro, no qual o jogo de interesses e a pressão de grandes corporações, associados às forças do mercado, são os freios à sustentabilidade e à vida.

É pertinente, ao estudar as comunidades tradicionais e suas manifestações culturais, considerar a Constituição Federal de 1988, especialmente no que está regulamentado na seção da Cultura, no Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 2024, p. 128). Destacamos que, para garantir o exercício dos direitos culturais a partir das manifestações e atividades de cultura, é preciso que os órgãos governamentais efetivem políticas públicas para o setor nas diferentes instâncias, em relação à esfera local, com busca e mapeamento das diferentes etnias, tradições, ciências/conhecimentos dos grupos e comunidades.

Na Constituição Federal verificamos, também, no parágrafo primeiro do Art. 215, que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Brasil, 2024, p. 128). O proteger, em nossa compreensão, deve ser entendido como garantia de respeito às distintas identidades de todos os grupos étnicos, raciais, culturais, cores, povos e manifestações, que fazem parte da diversidade populacional do território brasileiro, no que se refere à compreensão de vida, de existência, de bem-estar. É necessário pensar, pesquisar e ensinar na escola como, historicamente, foram utilizadas forças de domínio para subjugar, inferiorizar e colocar populações à serviço das hegemonias e das aristocracias. É preciso falar sobre como os povos e indivíduos que não aceitavam tal condição eram dizimados sumariamente. “O artifício do domínio – aquilo que é real sob os disfarces dos encontros de povos e culturas diferentes – é o trabalho de tornar o outro mais igual a mim para colocá-lo melhor a meu serviço” (Brandão, 1986, p. 8). De algum modo, essa é uma ação de desaculturação que retira os indivíduos e os povos de suas culturas, das condições de reflexão e reconhecimento de suas identidades, de próprios e de sua história.

Nesse mesmo debate, há que se cuidar para que os discursos sobre a diversidade cultural não ocultem as relações de poder. No senso de sentinela aos imperialismos que se disfarçam para criar cultura e dominação, deve ser atitude constante questionar as intenções que pairam sorrateiras nas decisões das políticas e das práticas de integração e da convivência multicultural, observar atentamente e resistir a qualquer forma de dominação com pretensões civilizatórias. Nesse ponto,

encontramos em Giroux (1988, p. 46-47), que a questão cultural “[...] deve ser compreendida como parte do terreno da política e do poder”, e ainda mais, que “[...] a cultura é uma esfera de luta e de contradições e deve ser vista como inacabada, como parte de uma luta continuada de indivíduos e grupos para definir e afirmar suas histórias e seus espaços de vida”. Giroux enfatiza uma *práxis* com qualidade dialética, que se manifesta nas formas práticas culturais, cotidianas. Mas é fundamental que se perceba a quais interesses ela pode servir. Nessa ação, a escola, em conexão com a pedagogia da resistência, pode operar para identificar as teses que se colocam ao lado dos interesses dominantes, e aquelas sintonizadas com os anseios emancipatórios. A cultura como forma de dominação silencia ativamente culturas subordinadas e impõe silenciamento ainda maior para padronizar e subjugar mais intensamente, e “[...] como forma emancipatória, a cultura é uma expressão concreta da afirmação, da resistência, do desejo e da luta do povo para se ‘representar’ como agentes humanos, estabelecendo seu lugar de direito no mundo” (Giroux, 1988, p. 47).

A partir do que escreve Giroux, podemos observar que a cultura não é neutra: é campo de luta entre dominação e emancipação, e pode ser tanto um instrumento de opressão quanto ação para a libertação. Pensamos, nesta seara, sobre a complexidade das práticas culturais que implicam e expressam dependências de como são usadas e a serviço de quem se colocam. A construção de possibilidades para o convívio e respeito às diferentes manifestações culturais – e, desse modo, de vida, de existências e de experiências – perpassa pelo fortalecimento dos espaços de participação social, com debate aberto, amplo e crítico. Essa perspectiva evolui quando os objetivos, os discursos, as políticas públicas e os exemplos são pensados, discutidos e elaborados sob o propósito da visão emancipatória, de transformação sócio-histórica e cultural para o bem comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos importante, nesse debate, retomar, a título de reforço, que os povos originários, as comunidades tradicionais e também os movimentos sociais apresentam possibilidades e caminhos para a manutenção da vida tanto humana quanto do planeta Terra. As cosmovisões dos povos originários e das culturas historicamente dominadas pela sociedade de consumo na lógica do sistema mundo – de acento explorador, solipsista – são constituídos por outras lógicas compreensivas e sistemas de interdependências que consideram as pluralidades das manifestações e formas de existência. Evidencia-se a dependência das ações antrópicas e de outras relações dos humanos com a natureza. Com o estudo, percebemos a importância da formação crítica, da pedagogia da resistência, de uma educação integral sobre as consequências de certas práticas humanas em relação ao ecossistema, à biodiversidade e das populações originárias e povos tradicionais. Acreditamos, neste aspecto, ser necessária a efetivação de ações, legislações e políticas públicas que garantam espaços para a pluralidade, a diversidade cultural e social com condições de alimentar construções alternativas e perspectivas de formação científica e humanista que lembrem, constantemente, o valor da existência harmônica, solidária e dialógica entre os seres humanos e as diversas formas e espécies de vida.

Pensar pedagogicamente na organização dos movimentos sociais e das comunidades tradicionais é também perceber a luta e as resistências, no sentido de se contrapor aos modelos de exploração que foram e seguem sendo impostos aos povos e às formas e manifestações de vida e existências da pluralidade planetária. É importante historicizar esses períodos, pensar com amplitude e profundamente, considerando a complexidade das relações. Assim como é necessário compreender que a educação em oferta no sistema brasileiro hoje tem sido de reprodução. Isso

encaminha perspectivas de ações pedagógicas críticas, diferenciadas no compromisso com outros modelos de desenvolvimento, de formação humana e de valorização da sustentabilidade. Não é mais possível manter reforços de estruturas seletivas e competitivas que desqualifiquem as dimensões do cuidado e da preservação da vida.

Nesse sentido, as palavras de Krenak (2022, p. 104) são forte sustentação na alternativa e valorização de outros modos de vida que transcendem os limites da reprodução formativa de dualismos elitistas, porque operam na perspectiva educadora integral de uma pedagogia da resistência desde a escola básica até os níveis acadêmicos, ao ensinar que “Não há nada mais importante do que a vida”. Lembramos que cada sujeito possui uma experiência humana única, que requer cuidado e proteção em nível individual e social, com condições de segurança, educação, renda, saúde e oportunidades, remetendo à equidade. As vozes, subjetividades, narrativas, memórias, experiências, resistências, histórias individuais e coletivas narradas pelos sujeitos precisam ser visibilizadas, ouvidas, reconhecidas e estudadas. Abrem, nessas dimensões, novos campos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/xYJBbBhyTpcKNjp5HpxZVht/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 ago. 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BOFF, Leonardo. *Ética e Moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Terra madura: uma teologia da vida*. São Paulo: Planeta, 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade & etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 26 ago. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIROUX, Henry. *Teoria Crítica e Resistência em Educação: para além das teorias de reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MIRANDA, João Elton Borges. O ultraliberalismo enquanto categoria conceitual. [S. l]: *LavraPalavra*, 2 dez. 2020. Disponível <https://lavrpalavra.com/2020/12/02/o-ultraliberalismo-enquanto-categoria-conceitual/>. Acesso em 22 jun. 2024.

---

PERUZZO, Círcia M. Krohling. *Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2022.

RIBEIRO, Djamilá. *Pequeno Manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

*Submetido em 18 de junho de 2024*  
*Aprovado em 18 de novembro de 2024*

### Informações das autoras

Nádia Maria Ferronato Bernardi

PPGEDU- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

E-mail: [nadiabernardi@hotmail.com](mailto:nadiabernardi@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7917-0894>

Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2014500662820185>

Claudionei Vicente Cassol

PPGEDU- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

E-mail: [cassol@uri.edu.br](mailto:cassol@uri.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7837-887X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6978565796991115>